



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA - DILOG
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE – DEATC

PROCESSO: 2443.004807/2022-21

PREGÃO ELETRÔNICO: 23/2022

OBJETO: Prestação de Serviços Especializados ao atendimento às pessoas com necessidades especiais (PCD's)

GRUPO 4: Professor Pedagogo de AEE (Atendimento Educacional Especializado); Transcritor/Revisor/Ledor Braille; Tradutor/Interprete Libras; Cuidador em Educação especial.

EMPRESA: Vip Multiserviços e Consultoria LTDA

ASSUNTO: 1ª análise da proposta

Manaus, 12 de dezembro de 2022.

NOTA TÉCNICA 46.2022 – DEATC/DILOG/PROAD/REITORIA/IFAM

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O presente pregão 23.2022 ofertará cargos de apoio especializado que atenderão as necessidades intrínsecas do corpo discente deste Instituto Federal do Amazonas, a fim de que o repasse de conhecimento também possa alcançar certos alunos que precisam de uma atenção especial.

1.2. Os cargos ofertados foram estes: Transcritor/Revisor/Ledor Braille; Tradução/Interprete Libras; Cuidador em educação especial; Professor Pedagogo de AEE; Psicopedagogo com especialização em tecnologia assistiva.

1.3. A empresa melhor colocada, neste grupo 4, foi a VIP MULTISERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA (CNPJ: 08.759.521/0001-39), ofertando um valor global em **R\$ 1.527.844,08** (Um milhão, quinhentos e vinte e sete mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos).

1.4. Em uma forma de trazer celeridade nesta análise, desmembramos o grupo 04 em dois subgrupos. Nesta análise estarão abarcados os itens dos seguintes campus: **Tefé, Itacoatiara, Boca do Acre, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Parintins e São Gabriel da Cachoeira.**

1.5. A seguir, prosseguiremos com a análise das propostas.

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

2. DA ANÁLISE

2.1. Depois de verificada a proposta, encontramos algumas discordâncias que deverão ser esclarecidas/corrigidas pela empresa participante

2.2. DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO

É notório que as categorias profissionais ofertadas neste certame 23.2022 não possuem suas respectivas Convenções Coletivas do trabalho específicas. Este é um documento de vital importância para subsidiar também o marco do reajuste contratual quando do aumento dos custos diretamente atribuíveis a mão de obra.

Por esta razão, colocamos no edital do certame o referido item 10.6

Edital

Item 10.6 – Na falta de uma convenção coletiva que abranja todas ou cada uma das categorias ofertadas nesta licitação, **presume-se melhor que cada participante apresente a CCT ao qual está vinculada, de acordo com a sua atividade preponderante** (§ 2º do art. 581 da CLT).

Item 10.6.1 – **Esta Convenção irá reger a licitação e as futuras repactuações dos contratos que virão a ser firmados.** (grifo nosso)

A participante deveria apresentar a convenção coletiva ao qual está vinculada ou representada, na base territorial da execução dos serviços, de acordo com a sua atividade preponderante. Na forma de explicar a identificação da atividade preponderante, apresentaremos aqui a Solução de Consulta Nº 4.032, de 30 de Julho de 2019 da Receita Federal.

SC Nº 4.320, de 30 de Julho de 2019

A atividade econômica principal da empresa, que define o código CNAE principal a ser informado no cadastro do CNPJ, **NÃO SE CONFUNDE com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial), a qual é utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT)**

(...)

O ENQUADRAMENTO DO ESTABELECIMENTO NO CORRESPONDENTE GRAU DE RISCO É DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA, e deve ser feito mensalmente, DE ACORDO COM SUA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE.

A Instrução Normativa RFB 2110/2022 discorre também da forma de como uma empresa pode encontrar sua atividade preponderante, a saber

IN RFB 2110/2022

Art. 43

§1º - *omiss*:

I – o enquadramento da atividade nos correspondentes graus de risco é de responsabilidade da empresa, e deve ser feito mensalmente, **com base em sua atividade econômica preponderante**, observados o código da Classificação de Atividades Econômicas (CNAE) da atividade e alíquota correspondente ao grau de risco, constantes do Anexo I, de acordo com as seguintes regras:

(...)

b) a empresa com estabelecimento único e mais de uma atividade econômica simulará o enquadramento em cada atividade e prevalecerá, como preponderante, aquela com o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulso;

Embora, o CNAE da sua atividade principal seja 81.21-4-00 (Limpeza em prédios e em domicílios) este poderá vir a ser ou não sua atividade preponderante.

A própria IN SEGES 05/2017, que dispõe sobre das regras e diretrizes para contratação de serviços sob o regime de execução indireta, aponta no item 6.2 do anexo VII-A as informações relevantes para apresentação da proposta

IN 05/2017

Anexo VII – A

6. Da proposta

6.2 As disposições para apresentação das propostas deverão prever que estas sejam apresentadas de forma clara e objetiva, estejam em conformidade com o ato convocatório, preferencialmente na forma do modelo previsto Anexo VII-C, e contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:

c) a indicação dos sindicatos, acordos, convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais.

Nesta seara, recordamos também o Acórdão TCU 1097/2019 – Plenário a respeito da Convenção Coletiva na apresentação das propostas se dá pelo ENQUADRAMENTO SINDICAL da respectiva empresa

[...], o enquadramento sindical dá-se por aplicação pelo critério legalmente aceito, qual seja, **em função da atividade econômica preponderante da empresa e não por imposição de terceiros, muito menos por conta de licitações públicas.** (Trecho do voto do Min. Bruno Dantas no Acórdão TCU nº 1.097/2019 – Plenário)

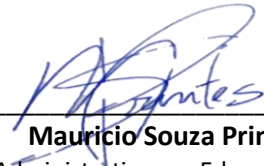
Desta forma, **solicitamos de forma tempestiva da empresa VIP MULTISERVIÇOS que encaminhe sua convenção coletiva de acordo sua atividade econômica preponderante.** A convenção deverá ter obrigatoriamente representação na unidade territorial onde serão executados os serviços, ou seja, no estado do Amazonas, de forma a respeitar o princípio da unicidade sindical.

A empresa NÃO PODERÁ se abster de apresentar instrumento coletivo, sendo isto imprescindível para a sua habilitação e adjudicação de sua proposta.

3. CONCLUSÃO

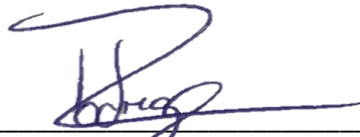
- 3.1. Após apontada as dúvidas descritas no item 2 da presente nota, somos favoráveis ainda pela **NÃO APROVAÇÃO** da proposta ofertada pela licitante.
- 3.2. Pedimos encarecidamente que a empresa atenda à todas recomendações exaradas neste documento, a fim de tornar esta análise mais transparente.
- 3.3. Diante do exposto, devolvemos o presente processo ao setor responsável de modo a conduzir os demais trâmites inerentes de praxe.

Respeitosamente,



Maurício Souza Printes
Técnico Administrativo em Educação – Contador
SIAPE 3160835

De Acordo:



Rodrigo Rodrigues Nogueira
Departamento de Apoio Técnico e Conformidade - DEAT
Portaria nº 1522 – GR/IFAM, de 26/11/2021

Aprovado por:



Eliane Cardoso da Silva
Diretoria de Logística – DILOG/PROPLAD/REITORIA
Portaria nº 210 – GR/IFAM, de 10/02/2022